

Editorial



Políticas e Práticas da Educação

Nosso olhar tenta fixar-se no campo da Educação Brasileira. Entretanto, pela sua qualidade de efervescência e permanente agitação, para conseguir apreendê-lo, somos forçados a dar um passo para trás.

Assim, podemos tomar a Educação Brasileira como um recorte, um ponto, uma região delineada no plano mais amplo da Educação, então tomada como um universal. Novamente, nosso olhar escorrega, como se também esse plano não resistisse ser olhado sem evanescer-se.

Apreendidos por um olhar esquadrinhador, um olhar conhecente, esses objetos como que se desfazem, deixando por rastro algumas idéias de que são feitos. A sensação é de perder de vista o horizonte, como se trilhássemos uma superfície riemanniana.

A Educação e a Educação Brasileira, objetos construídos pela razão humana, primam pela distensão de seus limites e pela permeabilidade de suas fronteiras. Tantos foram os atributos conceituais agregados para definir, demarcar, precisar, conceituar, delimitar esses campos; tantas foram as associações e avizinhamentos com outros campos de saber, proporcionados para salvaguardar essa sua amplitude, mobilidade, complexidade, elasticidade, interdisciplinaridade; tantas foram as práticas a receber o qualificativo *educacional* ou *educativa* que os limites foram empurrados, como num exercício exponencial, à beira do infinito.

Quase só conseguimos apreendê-las quando desferimos um golpe de vista, quando as olhamos de esguelha, quando as tomamos de viés. Quando as olhamos de frente ou tentamos parar seu movimento, elas nos escapam, deixando apenas seu rastro. E esse rastro costuma aparecer de dois jeitos: ora como um caso particular, uma sala de aula, uma vida de professor, uma escola nalgum canto do mundo, uma cena prenhe de toda a história que lhe precede e lhe sucede; ora como outra coisa, uma generalidade, um conceito, uma ciência, uma filosofia, uma ideologia, um modelo de sociedade, um princípio, eles mesmos evanescentes e remissivos.

Educação

Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), p. 167 – 169, Maio/Ago. 2005

Temos verificado que o exercício da investigação acadêmica acaba por nos condenar a um trabalho que resulta na fragmentação e análise sucessivas, de modo que o objeto vai se tornando cada vez menor, infinitamente mais inacessível quanto mais tentamos nos apoderar dele, um inesgotável desfolhamento de idéias e fatos que se dobram sobre si mesmos, que se partem e repartem na direção de um termo impossível.

Dessa maneira, postulamos a idéia de que, à maneira de Alice no outro lado do espelho, devemos nos afastar se quisermos nos aproximar de onde queremos chegar. Pelo exercício da *digressão*, do interesse evasivo, fazer aproximações dessa área imprecisa. Num movimento proposital, romper o fio do discurso hegemônico e fazê-lo falar de coisas que supostamente não têm uma conexão mais direta ou um laço mais estreito com aquilo que lhe serve de objeto.

É assim que buscamos aproximar o leitor das *políticas* e das *práticas* da Educação: convidando-o a desviar o olhar na direção de campos fronteiriços.

Levando-o a adentrar nos labirintos da Antropologia – urbana, rural, social, cultural – e deixar-se perder pelos caminhos até esbarrar em alguma cena educativa. Seduzindo-o a se espalhar no imenso espaço da Sociologia, vagar pelas sociedades e pelas organizações, até tropeçar nalguma prática pedagógica misturada na civilização. Provocando-o a espiar pelas frestas da História, escutar alguma conversa, examinar uma ou outra época, até se defrontar com um episódio singular que lhe remeta a algum contexto educacional.

E assim sucessivamente, interpondo os diferentes eixos, do que é *política* de Educação, das que são *práticas* em Educação. Sempre em favor da humanidade.

Este número, então, está organizado em dois grandes blocos. Ambos representam fios de digressão possível: um tema puxando outro, um assunto levando a outro.

O primeiro bloco *Políticas de Educação*, está constituído por cinco textos articulados por ressonância, em torno de um conjunto rarefeito da maquinaria social contemporânea, com as artimanhas e os arranjos paradigmáticos, o agonismo político, a pulsação da esfera pública e as vitrines dos periódicos. Várias vozes assomam para compor esse grupo, fazendo um coro dissonante cuja harmonia brota justamente da diferença de abordagem que há entre eles.

Educação

O segundo bloco, *Práticas de Educação*, por sua vez, está organizado como uma revoada rasante que atravessa o ambiente escolar e levanta as pontas de vários casos particulares do real. Cenas fortes de salas de aula, de percursos de formação, do trabalho docente, de políticas e práticas muito bem endereçadas. São também seis olhares que se levantam de diferentes lugares do continente e se enfeixam, dando a compor uma imagem em movimento da Educação nesses tempos tão modernos.

Os autores todos são intelectuais, acadêmicos, professores e pesquisadores em Universidades, Centros de Pesquisa e Institutos no Brasil e Exterior. Todos atuantes na esfera da razão acadêmica contemporânea, mas todos, certamente, inquietos. Dizem claramente a que vêm: cada um a seu modo se planta ante algum limite e o enfrenta, o desloca, por efeito de pôr em questão aquilo que aparenta ser um limite.

Em suma, este número é uma viagem, uma turnê por algumas Políticas e Práticas da Educação, não apenas, mas também e sobretudo, Brasileira. Um exercício em prática de leitura evasiva sobre a realidade educacional contemporânea, uma excursão sem sair do lugar.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer a colaboração de todos os autores que, de alguma maneira, nos emprestam seus olhos e suas vozes para fazermos esses arranjos e leituras possíveis.

Marcos Villela Pereira

Educação